

## NOTA TÉCNICA

### A ÁREA DE INFLUÊNCIA DE BRASÍLIA E PROPOSTA DE AMPLIAÇÃO DA RIDE DO DF E ENTORNO

A Região Integrada de Desenvolvimento (Ride) do Distrito Federal e Entorno foi instituída pela Lei Complementar nº 94/1998. A definição de sua área de abrangência, compreendendo o Distrito Federal, 19 municípios do Estado de Goiás e três municípios do Estado de Minas Gerais, não foi, contudo, suficientemente debatida.

Dessa forma, terminou por englobar, em uma mesma região de planejamento, municípios que mantêm com o Distrito Federal relações de natureza nitidamente metropolitana com outros que estabelecem relações de natureza regional. Não surpreende, portanto, que, em seus 15 anos de existência, a Ride do DF e Entorno tenha apresentado tão magros resultados.

O propósito desta Nota Técnica é fazer uma retrospectiva do processo de formação da área de influência de Brasília, um breve balanço dos 15 anos de existência da Ride do DF e Entorno e formular uma proposta visando a superar o problema de origem em sua configuração.

#### 1. O Processo de Formação da Área de Influência de Brasília

O processo de ocupação do território do Planalto Central traz na sua origem elementos da atual dinâmica socioeconômica do Distrito Federal e cidades do seu entorno. Para melhor compreensão da evolução urbana desse espaço, faz-se necessário recorrer a antecedentes do seu processo de formação.

No início do século XX, o Centro-Oeste brasileiro, incluindo os Estados de Tocantins e Rondônia, outrora partes dos Estados de Goiás e Mato Grosso, respectivamente, permanecia pouco habitado, estando à margem dos movimentos migratórios. Neste período, era a região menos povoada do país, com apenas 373 mil habitantes. No início da década de 1940, a população ainda era bastante reduzida, não obstante o crescimento ocorrido no período, considerando-se a enorme extensão do território. Nesse ano, a população era de 1,25 milhão de habitantes, com uma densidade demográfica inferior a um habitante por km<sup>2</sup>.

Para promover uma maior ocupação demográfica no interior do país, o governo federal deu início a ações voltadas para a ocupação do Centro-Oeste, como estratégia de interiorização da ocupação populacional e das atividades produtivas do Brasil, destacando-se duas delas: o lançamento do programa “Marcha para o Oeste”, proclamado por Vargas na década de 1940 e, posteriormente, a transferência da Capital para a região, com Juscelino Kubistchek.

A proposta de transferência da Capital Federal para o interior do país foi registrada na Constituição de 1891, mas, somente no final do século XIX, a Missão Cruls foi instituída com o objetivo de delimitar a área a ser ocupada pelo futuro Distrito Federal. Na segunda metade do século XX, a proposta foi efetivada, culminando com a transferência da Capital e a construção de Brasília.

A parte do Planalto Central escolhida para a construção do Distrito Federal era ocupada com latifúndios voltados para a produção agrícola de subsistência e para a pecuária extensiva. As transformações estruturais que atingiram a economia brasileira nas décadas de 1940 e 1950, em especial no setor industrial, praticamente não ocorreram no Centro-Oeste. No entanto, do início do século XX até 1960, a população, que era de 370 mil habitantes, passou para 3,0 milhões. Este grande crescimento populacional deveu-se, quase exclusivamente, à expansão da atividade agropecuária.

A virada no processo demográfico ocorrida no Brasil a partir de 1940, particularmente quanto à urbanização, foi especialmente marcante no Centro-Oeste. A região saiu de uma posição de menor taxa de urbanização, da ordem de 20%, para o terceiro lugar em 1960 com 34%, e atingiu o segundo posto em 2010 com mais de 85% de sua população vivendo nas cidades. O processo de ocupação do Centro-Oeste está inserido no processo de urbanização de Brasília, uma vez que um dos objetivos da transferência da capital foi a ampliação da ocupação demográfica no interior do país.

Com a inauguração de Brasília, o adensamento populacional passou a ocorrer inicialmente no interior do Distrito Federal e nas cidades a ele adjacentes, processo que se intensificou no início da década de 1970 com a consolidação da transferência da Capital. A expansão dessa área ocorreu de forma polinucleada e esparsa no território no Distrito Federal, perpassando posteriormente seus limites político-administrativos e abrangendo um espaço de influência direta em municípios do Estado de Goiás, formando o aglomerado urbano da Área Metropolitana de Brasília.

Já em meados da década de 1970, observava-se o crescente impacto gerado pela construção de Brasília em seu entorno imediato. Dessa forma, foi proposto o Programa da Região Geoeconômica de Brasília (PERGEB), elaborado na segunda metade da década de 1970 e que orientaria o que havia sido propugnado por Lúcio Costa quando sustentou que, implantada Brasília, ela daria origem à sua região. O grande urbanista indicou que Brasília induziria o “posterior surgimento de sua região”.

No final da década de 1970, o PERGEB demonstrou essa ideia e trouxe à discussão a pauta do desenvolvimento regional empreendido pela construção de Brasília na região Centro-Oeste.

A década de 1980 pode ser apontada como o momento inicial do processo de conformação do espaço metropolitano de Brasília, com os municípios imediatamente adjacentes englobando uma

população de 200 mil habitantes. Na década de 1990, esse processo intensifica-se de forma acentuada, provocando as primeiras discussões sobre sua gestão territorial.

A identificação da área de influência de um grande centro urbano, da área por ele polarizada (*hinterland*) se dá com base em algumas variáveis importantes, tais como: os fluxos diários da população para o trabalho (*commuting*), os deslocamentos para compras ou para obter serviços, o alcance dos meios de comunicação etc. Todas essas variáveis podem/devem ser utilizadas para a conformação de um dado espaço em um território mais amplo.

A partir da definição das áreas de influência, se obtém a rede urbana e, com essa, a hierarquização dos centros, medida essencial para fins de planejamento regional e urbano. Com a hierarquização, evitam-se desperdícios e duplicação de investimentos, com o que se maximiza o potencial de retorno dos incentivos, por exemplo, para o desenvolvimento industrial ou dos serviços urbanos postos à disposição das administrações municipais e da população.

Por ocasião do seminário “Alternativas de Gestão Territorial para o Aglomerado Urbano de Brasília”, realizado em 19 e 20 de novembro de 1997 na Universidade de Brasília, promovido pela Codeplan e pelo Núcleo de Estudos Urbanos da UnB (NEUR), foi apresentado o estudo “Delimitação do espaço metropolitano de Brasília: estudo preliminar para subsidiar a proposta de criação da Região Metropolitana de Brasília”. No referido estudo, foram identificados dez municípios que, naquela oportunidade, preenchiam os critérios formulados pelo IBGE para enquadramento em aglomeração metropolitana (Luziânia, Valparaíso de Goiás, Novo Gama, Cidade Ocidental, Santo Antônio do Descoberto, Águas Lindas de Goiás, Planaltina, Formosa, Padre Bernardo e Alexânia).

Essa delimitação foi adotada em 1999 no estudo “Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil”, do IPEA/IBGE/NEUR-UNICAMP, e, em 2008, no estudo intitulado “Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável de Brasília e seu Entorno”, elaborado pelo Instituto Brasiliense de Estudos da Economia Regional (IBRASE) para o SEBRAE/DF.

Nesse ponto, é interessante examinar o estudo “Regiões de Influência das Cidades” (REGIC), elaborado pelo IBGE em 2008, delimitando regiões de influência urbana, que oferece os necessários subsídios para a delimitação do espaço metropolitano de Brasília.

Nesse estudo, Brasília se apresenta como um importante centro polarizador, classificada como MetrÓpole Nacional. O estudo apresenta critérios para tal classificação, entre eles o tamanho e densidade populacional, o grau de urbanização e a coesão interna da área, dada pelos deslocamentos da população, em função de serviços, acesso ao mercado de trabalho, estudo, entre outros, caracterizando as chamadas Áreas de Concentração Populacional (ACPs).

A Figura 1 mostra a região polarizada por Brasília, segundo a REGIC 2008, englobando 107 municípios dos Estados de Goiás, Minas Gerais, Tocantins e Bahia, parte deles com influência compartilhada com outras metrópoles como Belo Horizonte, Goiânia e Salvador.

Mapa 6 Brasília (SP) - MetrÓpole nacional (1B)

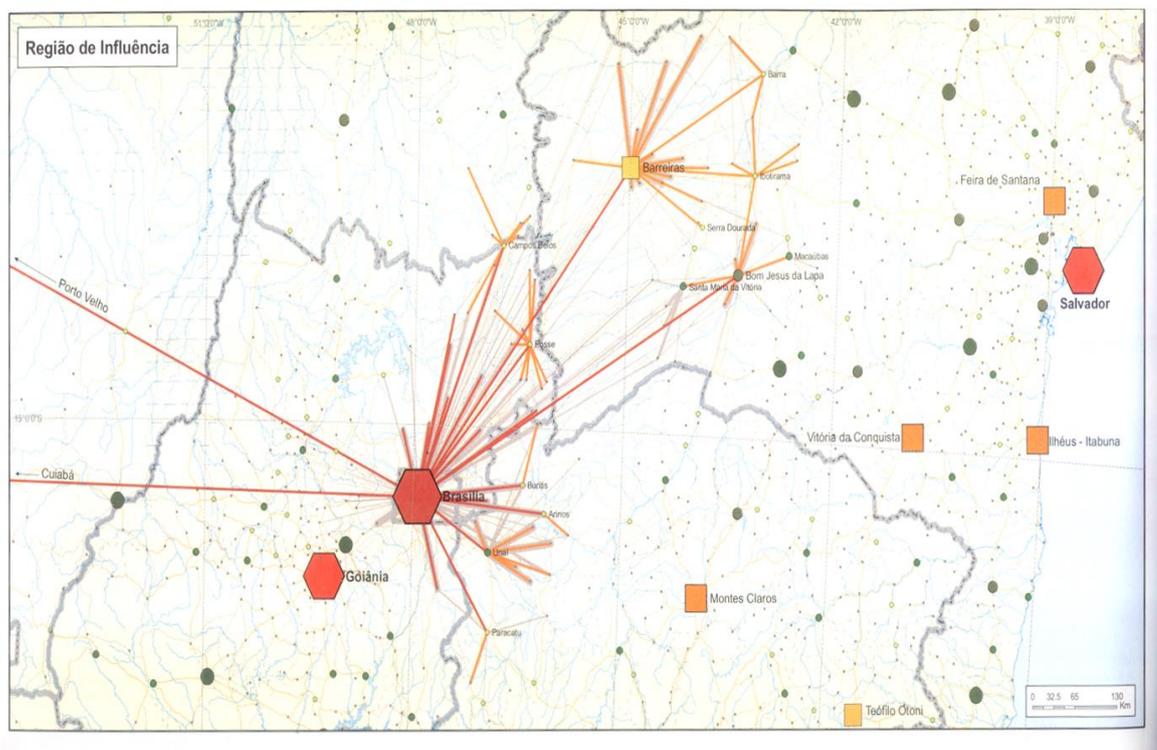


Figura 1: Área de Influência de Brasília

Fonte: REGIC 2008

## 2. A Ride do DF e Entorno

Diante da necessidade de organização e planejamento integrado da região que se configurou com a transferência da Capital para o hoje território do Distrito Federal, foi instituída pela Lei Complementar nº 94/1998, a Ride/DF, com base na Constituição Federal, artigos 21, 43 e 48.

A Ride/DF constitui-se em uma região administrativa composta por três estados (DF, GO e MG) e 22 municípios, com área territorial de 56.433,53 km<sup>2</sup> e população de 3.717.728 habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2010 (Figura 2).

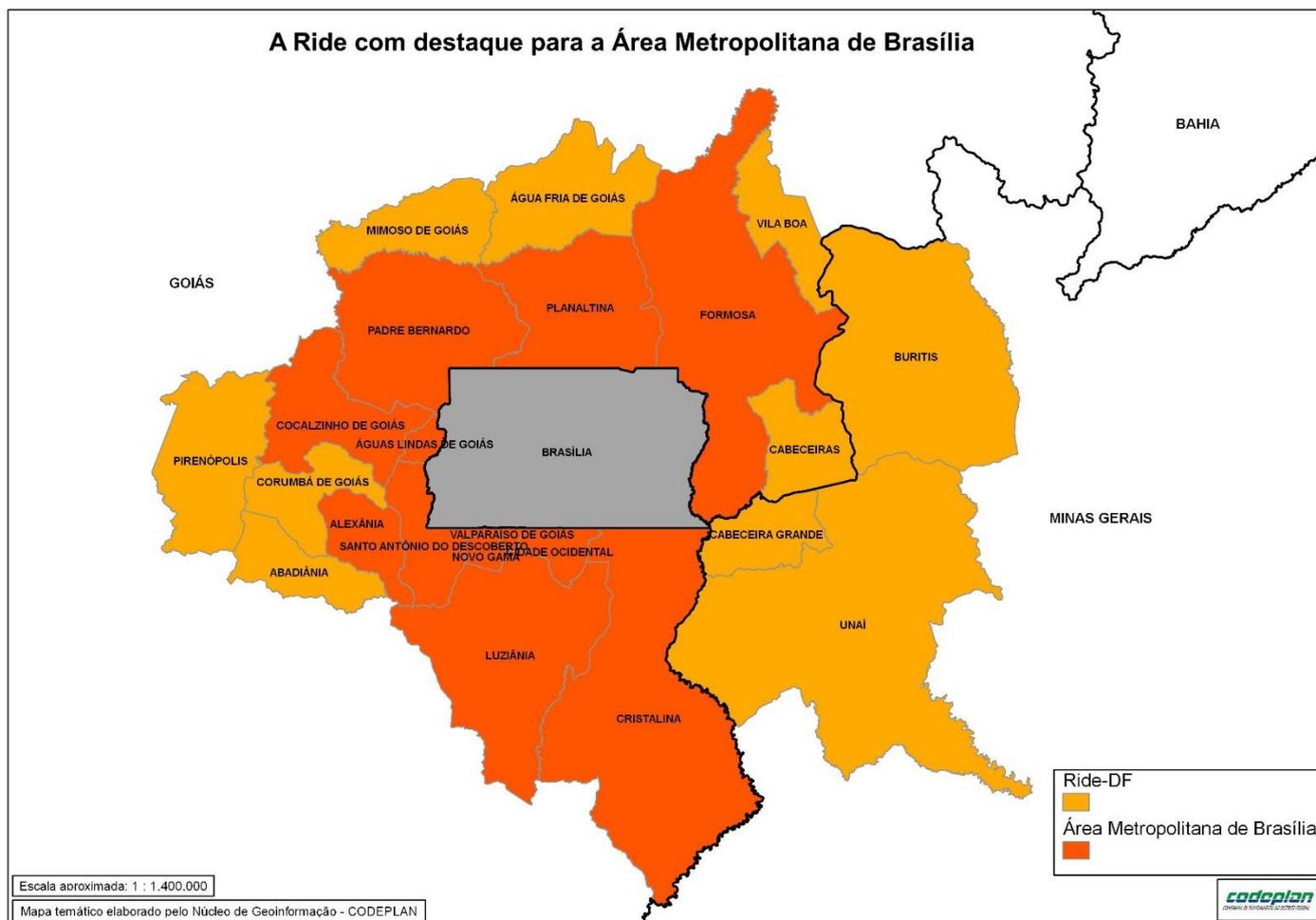


Figura 2. Ride do DF e Entorno e Área Metropolitana de Brasília (AMB)

Elaboração: Codeplan – Núcleo de Georreferenciamento

O maior objetivo na criação da região foi realizar o planejamento conjunto de serviços públicos comuns a esses entes federados, em especial infraestrutura e geração de empregos. A lei autorizou ainda a criação de um Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal para tratar normas e critérios para unificação de procedimentos relativos aos serviços públicos.

Ocorre que nem todos os municípios integrantes da Ride do DF e Entorno têm relações metropolitanas com o Distrito Federal. Este fenômeno pôde ser identificado em diversos estudos, inclusive o Regiões de Influência das Cidades – REGIC (IBGE, 2008).

Em 2013, com base na REGIC 2008, o IBGE elaborou o Estudo “Área Urbano-Regional”, identificando os municípios goianos e mineiros que estão sob a influência direta de Brasília. Classificada como Metrôpole Nacional, Brasília polariza diretamente uma região muito mais ampla que a da Ride, envolvendo 59 municípios de cinco microrregiões geográficas goianas e mineiras, mas aqueles com os quais mantém relações metropolitanas limitam-se a 12 municípios goianos: Águas Lindas de Goiás,

Alexânia, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás (Figura 3 e Quadro 1).

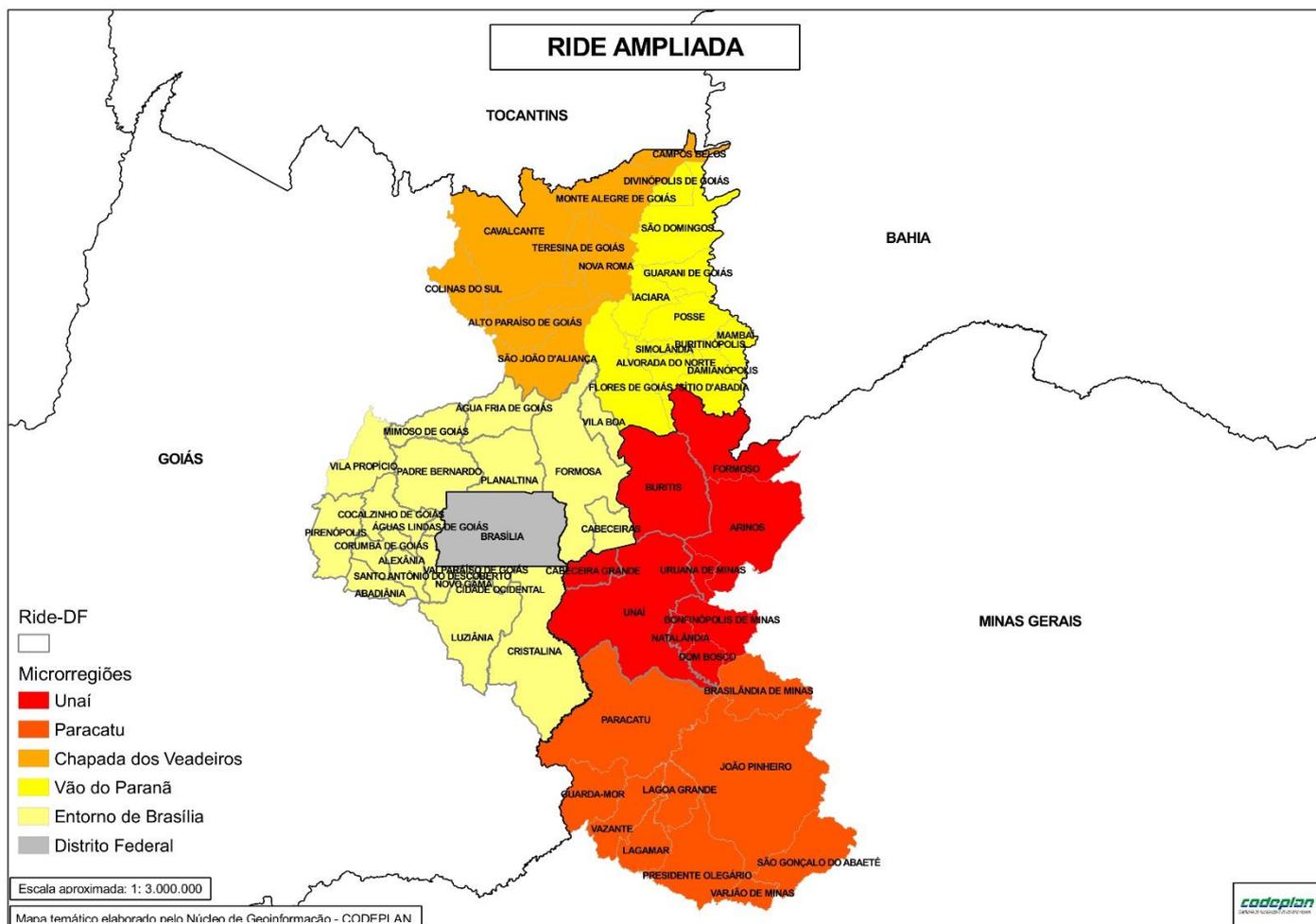


Figura 2: Microrregiões Geográficas e Municípios que integrariam a RIDE do DF e Entorno na proposta de ampliação  
Elaboração: Codeplan – Núcleo de Georreferenciamento

O Quadro 1 revela que dos 59 municípios polarizados por Brasília, apenas 22 compõem a RIDE do DF e Entorno. Com a proposta do PLS 410/2012, outros quatro estariam sendo incorporados à Região, ficando ainda excluídos 33 que estão na área de influência direta de Brasília.

Dessa forma, a presente proposta busca integrar esses municípios à RIDE do DF e Entorno, condição inicial para a efetiva promoção do desenvolvimento de toda a região de influência de Brasília.

Adicionalmente, ressalta a necessidade de se estabelecer duas escalas espaciais na RIDE, compreendendo os municípios que demandam ações de natureza metropolitana e os que demandam ações de desenvolvimento regional.

Quadro 01: Sugestão de incorporação de Municípios à RIDE DF em acordo com as microrregiões geográficas do IBGE, 2013.

UF, Mesorregião, Microrregião e Município - Goiás				
Código da Unidade Territorial	Nome da Unidade Territorial	Nível Territorial	Integra a RIDE	Proposta de Ampliação PLS 410/2012
<b>52012</b>	<b>Entorno de Brasília (20)</b>	<b>Microrregião Geográfica</b>		
5200100	Abadiânia	Município	Sim	
5200175	Água Fria de Goiás	Município	Sim	
5200258	Águas Lindas de Goiás	Município	Sim	
5200308	Alexânia	Município	Sim	
5204003	Cabeceiras	Município	Sim	
5205497	Cidade Ocidental	Município	Sim	
5205513	Cocalzinho de Goiás	Município	Sim	
5205802	Corumbá de Goiás	Município	Sim	
5206206	Cristalina	Município	Sim	
5208004	Formosa	Município	Sim	
5212501	Luziânia	Município	Sim	
5213053	Mimoso de Goiás	Município	Sim	
5215231	Novo Gama	Município	Sim	
5215603	Padre Bernardo	Município	Sim	
5217302	Pirenópolis	Município	Sim	
5217609	Planaltina	Município	Sim	
5219753	Santo Antônio do Descoberto	Município	Sim	
5221858	Valparaíso de Goiás	Município	Sim	
5222203	Vila Boa	Município	Sim	
5222302	Vila Propício	Município	Não	
<b>52005</b>	<b>Chapada dos Veadeiros (8)</b>	<b>Microrregião Geográfica</b>		
5200605	Alto Paraíso de Goiás	Município	Não	Sim
5204904	Campos Belos	Município	Não	
5205307	Cavalcante	Município	Não	
5205521	Colinas do Sul	Município	Não	
5213509	Monte Alegre de Goiás	Município	Não	
5214903	Nova Roma	Município	Não	
5220009	São João d'Aliança	Município	Não	Sim
5221080	Teresina de Goiás	Município	Não	
<b>52011</b>	<b>Vão do Paranã (12)</b>	<b>Microrregião Geográfica</b>		
5200803	Alvorada do Norte	Município	Não	
5203962	Buritinópolis	Município	Não	

5206701	Damianópolis	Município	Não	
5208301	Divinópolis de Goiás	Município	Não	
5207907	Flores de Goiás	Município	Não	Sim
5209408	Guarani de Goiás	Município	Não	
5209903	Iaciara	Município	Não	
5212709	Mambaí	Município	Não	
5218300	Posse	Município	Não	
5219803	São Domingos	Município	Não	
5220686	Simolândia	Município	Não	
5220702	Sítio d'Abadia	Município	Não	
<b>UF, Mesorregião, Microrregião e Município - Minas Gerais</b>				
<b>Código da Unidade Territorial</b>	<b>Nome da Unidade Territorial</b>	<b>Nível Territorial</b>	<b>Integra a RIDE</b>	<b>Proposta de Ampliação PLS 410/2012</b>
<b>31001</b>	<b>Unaí (9)</b>	<b>Microrregião Geográfica</b>		
3104502	Arinos	Município	Não	
3108206	Bonfinópolis de Minas	Município	Não	
3109303	Buritiz	Município	<b>Sim</b>	
3109451	Cabeceira Grande	Município	<b>Sim</b>	Sim
3122470	Dom Bosco	Município	Não	
3126208	Formoso	Município	Não	
3144375	Natalândia	Município	Não	
3170404	Unaí	Município	<b>Sim</b>	
3170479	Uruana de Minas	Município	Não	
<b>31002</b>	<b>Paracatu (10)</b>	<b>Microrregião Geográfica</b>		
3108552	Brasilândia de Minas	Município	Não	
3128600	Guarda-Mor	Município	Não	
3136306	João Pinheiro	Município	Não	
3137106	Lagamar	Município	Não	
3137536	Lagoa Grande	Município	Não	
3147006	Paracatu	Município	Não	
3153400	Presidente Olegário	Município	Não	
3161700	São Gonçalo do Abaeté	Município	Não	
3170750	Varjão de Minas	Município	Não	
3171006	Vazante	Município	Não	

Fonte: IBGE